

O VOTO ALTERNATIVO

Nilson Borges Filho

Mestre e Doutor em Direito
Professor Adjunto da UFSC

"Todo homem é político, tudo que fazemos afeta alguém, mesmo quando não fazemos nada; e isso é político". J.P. Sartre

I

Em 1984, o povo brasileiro assumia um grande compromisso com a democracia: "o movimento das diretas-já". Comícios e as mais variadas manifestações ocorreram por quase todas as capitais brasileiras, com uma única e simples reivindicação, isto é, que o povo brasileiro exercesse de fato a sua cidadania política. A passeata, seguida de comício, que tinha como palco a Praça da Sé, em São Paulo, dava uma noção clara que o regime militar que se instalou "tout court" no País, a partir de 64, se esgotava com o grito de um milhão e meio de pessoas exigindo eleições diretas para a Presidência da República. "Foram quatro horas de manifestações sem que, em nenhum momento, houvesse um único ato de violência, mas que deixava no ar uma emoção densa, profunda alegria estampada no rosto dessas pessoas que cantam, ao se dirigirem para os ônibus estacionados mais adiante, na Praça da República, enquanto o dragão vermelho e amarelo das diretas dança ao ritmo do samba que custa a abandonar o vale, puxada pela batéria dos Gaviões da Fiel¹. Afinal, raciocinavam as esquerdas, o povo brasileiro redescobria a política e nascia um novo ator político que "faz a hora e não espera acontecer".

Os mais otimistas, que viam no símbolo da cor amarela das "diretas-já" a esperança que faltava ao povo brasileiro, passavam a acreditar que as manifestações de abril de 1984 haviam colocado uma pá de cal na tese, defendida por inte-

lectuais estrangeiros da Primeira República, do brasileiro bestializado e de simples espectador das transformações históricas de seu País². Em que pese o otimismo exagerado das "diretas-já", a tendência dos fatos levava a acreditar que aquele espetáculo contrariava o conceito de massa de Baudrillard, no sentido de "que elas absorvem toda a electricidade do social e do político e as neutralizam, sem retorno"³.

Contudo, ao se analisar alguns fatos mais recentes da política brasileira (eleições, por exemplo), pode-se concluir que a tese de Baudrillard, de que "as massas não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras do sentido em geral"⁴, não está muito longe de uma certa realidade nacional. Já no caso específico das "diretas-já", o apelo às massas não ficou sem resposta.

Ocorre, entretanto, que a reivindicação popular por eleições diretas para Presidente da República foi sepultada num fatídico dia de abril, quando a emenda constitucional do Deputado Dante de Oliveira acabou sendo rejeitada pela maioria dos congressistas.

As imagens da galeria do Congresso, transmitidas pelas principais redes de televisão, eram de frustração e desencanto de um povo sofrido que, ingenuamente, acreditava que a prática do conchavo, do fisiologismo e do interesse pessoal haviam desaparecido da política brasileira. Acontecimentos como esses, provocados pelos próprios políticos, fizeram com que o povo se afastasse da política e caísse na vala comum da apatia, da falta de interesse e da falta de participação nos processos eleitorais. À medida que os políticos deixavam de responder aos anseios da população, crescia o grau de desinteresse pela política, conforme pode-se ver pela tabela abaixo:

TABELA 1 - Interesse por política

Indicadores	Idade			%
	16-17	18-25	26-40	
Tem interesse	53	60	57	56
Não tem interesse	41	36	34	28
Total de respostas	94	96	91	84

FONTE: CEDEC-DATAFOLHA, In: FSP, 28-9-89.

Com base nos dados acima transcritos denota-se que em mais de 50% de todos os grupos de idade mantém-se o interesse por política. Por outro lado, a medida que diminui a faixa etária aumenta o número dos desinteressados. Os jovens de 16 a 25 anos são os mais desiludidos com a política, cujos índices vão de 36% a 41%. E o mais dramático é o fato de que partidos e políticos não conseguem reverter este quadro.

A rejeição da emenda Dante de Oliveira transformou o povo brasileiro num ator político mal resolvido. Somente em 1989, isto é, cinco anos mais tarde, os eleitores foram às urnas para escolher o seu presidente. Depois de 30 anos, sendo que, destes, 21 sob a égide do regime militar, os brasileiros puderam enfim, escolher o mais alto mandatário da Nação. Nessa eleição, 82,07 milhões de brasileiros estavam aptos a desfilar pelas urnas espalhadas por todo o território nacional. Uma população tão numerosa quanto as da França, Espanha e Portugal, no seu conjunto. Segundo dados do PNAD-IBGE, em 1988, apenas 10,6% dos maiores de 18 anos não possuíam título de eleitor⁵. Os 82,07 milhões de eleitores representavam, aproximadamente, 55% da população brasileira.

TABELA II - Percentagem do Eleitorado na População Brasileira

Ano	%
1945	16,19
1950	22,05
1954	26,50
1958	21,95
1962	25,00
1966	26,68
1970	31,11
1974	31,08
1978	39,54
1982	46,42
1989	55,00

FONTE: SANTOS, W. G. *Crise e Castigo*. São Paulo : Vértice, Rio de Janeiro : IUPERJ, 1987. p. 59 e LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e Utopia: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo : Edições Loyola, 1989. p. 147.

Realmente, um eleitorado expressivo do qual apenas os menores de 16 anos estão excluídos, uma vez que o voto foi estendido aos militares subalternos, aos analfabetos e aos menores entre 16 a 18 anos. Neste último caso o voto é facultativo.

Por mais que se insista na falta de politização do eleitor brasileiro ou no seu desinteresse pela política, a eleição de 1989 foi um acontecimento importante e mobilizador. Mesmo considerando a obrigatoriedade do voto, 85,6% do eleitorado foram às urnas, sendo que deste total apenas 1,20% votou em branco e 3,79% anularam seu voto.

TABELA III - Eleição para Presidente da República - BR/1989

Indicadores	Nº	%
Eleitores	82.074.718	100,00
Votantes	70.260.701	85,60
Abstenções	11.814.017	14,40
Branco	986.446	1,20
Nulos	3.107.893	3,79

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral.

Em Santa Catarina, nesse mesmo pleito, os índices de abstenção e votos em branco foram menores do que a média brasileira. Dos 2,7 milhões de catarinenses aptos ao exercício da cidadania política 90,26% se manifestaram nas urnas. Somente nos votos nulos, Santa Catarina não ultrapassou, por uma pequena margem, o índice brasileiro.

TABELA IV - Eleição para Presidente da República - SC/1989

Indicadores	Nº	%
Eleitores	2.769.517	100,00
Votantes	2.463.954	90,26
Abstenções	265.962	9,74
Branco	29.220	1,07
Nulos	114.315	4,19

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral.

Segundo categoria utilizada por Olavo Brasil de Lima Junior, nas eleições presidenciais de 1989 a taxa de "alienação eleitoral" (abstenções, nulos e brancos) em Santa Catarina foi inferior à média brasileira. Em contrapartida pode-se afirmar que o grau de politização do eleitor catarinense, no caso em questão, esteja acima da média do eleitorado brasileiro.⁶

A rigor, o objetivo deste artigo é o de realizar uma análise sócio-política da eleição do dia 3 de outubro de 1990 em Santa Catarina, levando em consideração duas premissas: a primeira, de que eleições produzem efeitos diversificados no processo político, não se limitando jamais à sua precípua finalidade institucional de recompor assembleias e outros órgãos do governo⁷; segunda, de que não se deve tirar das eleições mais do que os fatos permitem⁸, muito embora outros elementos, além dos números, devam ser considerados.

É, sobretudo, com esse universo de informações e com base nas premissas acima alinhadas que se configura o comentário político que vem a seguir, cuja idéia nuclear é entender o porquê do número expressivo dos votos nulos e brancos na eleição de 90, e que fatores determinaram o comportamento político dos eleitores catarinenses.

A medida que os resultados eleitorais de 1990 eram publicados, políticos de todos os partidos e das mais diversas tendências ideológicas entravam em história coletiva e se perguntavam: afinal, o que o eleitor pretende dizer com isso? Até mesmo os institutos de pesquisa de opinião, bem como analistas políticos e a academia foram surpreendidos com a avalanche de votos nulos e brancos.

Aquilo que já se supunha, a falta de credibilidade dos partidos e políticos junto aos eleitores, foi confirmado dois meses após a eleição de 3 de outubro de 1990 pelo IBOPE, com a constatação de que 82% dos brasileiros e 90% dos catarinenses entrevistados não confiavam nos políticos e que, ainda, 77% dos brasileiros e 83% dos catarinenses tinham a mesma posição sobre os partidos. Os índices negativos dados a partidos e políticos conseguiram superar os segmentos mais odiados da sociedade civil: empresários e banqueiros. Surpreendentemente, considerando o que se acabou de ver sobre o movimento das "diretas-já", os militares ocuparam a segunda colocação entre as instituições mais confiáveis, só perdendo para a igreja. A posição obtida pela igreja é até compreensível, face o sentimento de religiosidade que transpassa pelas diversas camadas sociais e pela importância que a religião tem no cotidiano dos brasileiros.

TABELA V - Credibilidade das Instituições (%)

Instituições	Santa Catarina		Brasil	
	Confiam	Não Confiam	Confiam	Não Confiam
Igreja	79	18	78	18
Militares	65	31	52	39
Imp. Escrita	60	34	54	37
Imp. Televisada	40	55	43	49
Banqueiros	29	62	23	65
Empresários	29	64	25	65
Partidos	16	83	17	77
Políticos	9	90	13	82

FONTE: IBOPE de 3 a 12 de dezembro de 1990.
Nº de entrevistados SC 375, BR 3650.

Alguns candidatos, principalmente a cargos proporcionais, se anteciparam à pesquisa do IBOPE, quando no horário eleitoral gratuito se apresentaram como não políticos. Pretenderam com isso descaracterizar suas candidaturas das do político tradicional e, em consequência obter o apoio dos eleitores que tenderiam para o voto nulo e em branco. Apesar da insistência desses candidatos, o eleitor não se deixou seduzir pelo apelo demagógico do "não político".

Não resta qualquer dúvida que, de certa forma, a quantidade dos votos nulos e brancos do pleito eleitoral de 1990 desviou a eleição de "significado político", aqui visto como componente de legitimidade democrática.

II

"A maioria silenciosa não liga para nada, desde que à noite ronrone em suas pantufas... A maioria silenciosa, não se engane, se fecha sua boca é porque ao final das contas ela faz a lei. Ela vive bem, come bem, trabalha somente o necessário." Charlie-Hebdo

Analisando os efeitos da última eleição realizada no Brasil, Paulo Venâncio Filho⁹ chega à conclusão que a dinâmica da ação política do governo federal monopolizou o já escasso "quantum" real do interesse político disponível na sociedade. Segundo o autor, tal fato, aliado à incompetência política de candidatos e partidos, retirou da eleição qualquer significado ideológico ou partidário¹⁰, motivo pelo qual se possa explicar a quantidade de votos nulos e brancos no dia 3 de outubro de 1990. Para Paulo Venâncio, a eleição foi destituída de qualquer significado político, ficando reduzida tão somente ao interesse pessoal, ao narcisismo político e ao simples personalismo.

Tudo e qualquer pleito no Brasil torna-se um momento importante e mobilizador, mais pela quantidade de eleitores que estão aptos ao exercício político, do que propriamente pelo entusiasmo de mudança e de interesse político. A apatia dos eleitores naquele 3 de outubro (abstenções), o desinteresse (brancos) e a indignação (nulos), representaram a contrapartida do povo aos políticos que insistem em ignorar a situação brasileira: a miséria em que as massas se encontram. Com uma média de 2 mil dólares anuais de renda *per capita* e com, aproximadamente, 20% de analfabetos, não se pode deixar de concordar, em parte, com a idéia de que a política brasileira necessita da miséria e da ignorância para manter o "faz-de-conta democrático".

TABELA VI - População Brasileira

Indicadores	%	US\$	
		População	Renda
Branco	56,6	12,3	214
Pardos	37,2	29,0	100
Pretos	5,6	29,5	87
Amarelos	0,6	7,4	377
Média	-	19,3	167

FONTE: IBGE-PNAD, 1987.

Justamente aí que está a resposta para o fato de obsoletas e ultrapasadas lideranças ainda conquistarem seu espaço político ao preço da miséria e da ignorância do povo brasileiro. Por outro lado, no entender de Baudrillard, "os representantes do povo são bastante ingênuos a esse respeito: tomam sua eleição por uma aprovação e um consenso popular, não desconfiam nunca que não há nada mais ambíguo do que impelir alguém ao poder e que o espetáculo mais gratificante para o povo sem dúvida sempre foi a derrota de uma classe política. Em algum lugar, no mais íntimo da famosa 'consciência popular', a classe política, seja ela qual for, permanece o inimigo fundamental"¹¹.

Na verdade, e os números assim apontam, a classe política nunca esteve tão em baixa aos olhos (e aos votos) das massas. Esses mesmos políticos continuam com a prática do ocultamento dos conflitos sociais, reduzindo a questão política ao campo da manipulação do imaginário popular, mediante a utilização dos meios publicitários e da dissimulação do discurso. Coberto de razão está o sociólogo Emir Sader quando afirma que "a política, que originalmente significava tudo o que se refere à esfera social, pública e cidadã, foi submetida nas últimas décadas a um processo de abastardamento"¹².

Max Weber¹³, no seu estudo sobre "A política como Vocação", vê três tipos de políticos: os políticos ocasionais, que são aqueles que exercitam o direito do voto, que aplaudem ou protestam numa reunião política, que fazem um discurso político ou que realizam qualquer outra manifestação análoga; os políticos semi-profissionais, que são todos os delegados e dirigentes de associações políticas que, em geral, apenas desistem essas atividades em caso de necessidade, sem "viver" principalmente delas e para elas, nem no plano material nem no espiritual (são também semi-profissionais certos grupos bastante numerosos de parlamentares, que apenas fazem política enquanto o parlamento está reunido); e os políticos profissionais, que são aqueles que vivem da política ou para a política.

Em resumo, para Max Weber, o cenário político é formado pelos eleitores (participativos ou não), dirigentes partidários e operadores do trato político.

No entendimento de Weber¹⁴ há duas formas de fazer da política uma profissão: ou se vive para a política ou se vive da política, sendo que os opostos não se excluem, fazendo-se geralmente as duas coisas tanto como ideal quanto materialmente. Assim, segundo o autor, quem vive para a política faz dela a sua vida num sentido último; ou goza simplesmente com o exercício do poder que possui, ou alimenta o seu equilíbrio e tranquilidade com a consciência de ter dado

um sentido a sua vida, pondo-a a serviço de algo. Diz Weber que "todo homem sério que vive para algo, vive também desse algo"¹⁵. Vive da política, como profissão, quem trata de fazer dela uma fonte de receita; já vive para a política quem não se acha nesse caso. Agora, para que alguém possa viver para a política neste sentido econômico, e sempre que se trate de um regime capitalista, têm que existir certos pressupostos no sentido de que, em condições normais, quem assim viva deva ser economicamente independente da renda que a política lhe possa proporcionar. Isto é, aqueles políticos enquadrados neste caso têm que possuir um determinado patrimônio ou uma situação privada que lhes dê rendimento suficiente.

Retornando ao universo político brasileiro, vai-se encontrar políticos que vivem para a política no seu sentido mais amplo, como também políticos, na sua maioria, que fazem da política um meio de vida, também no seu sentido mais amplo. Está aí o porquê de, aproximadamente, 35% dos entrevistados não expressarem o mínimo interesse para a política e também pelo fato de que apenas um número pequeno de eleitores, que varia de 8% a 12%, acreditam no espírito público dos políticos. Ao contrário, entre 38% a 66%, acham que os políticos brasileiros procuram, em primeiro lugar, enriquecer à custa do dinheiro público.

TABELA VII - Os políticos para os brasileiros

Indicadores	Idade			%
	16-17	18-25	26-40	
Procuram em primeiro lugar enriquecer à custa do dinheiro público.	66	50	44	38
Procuram arrumar a vida de parentes e amigos.	18	30	32	31
Procuram defender os interesses dos eleitores.	12	8	8	11

FONTE: CEDEC-DATAFOLHA, In: FSP de 28.09.89.

Os políticos, pela própria posição que ocupam de representantes do povo, deveriam ser reconhecidos pelos eleitores como altruístas, cuja única ambição seria a de servir à coletividade pela qual foram eleitos, almejando sempre o bem.

No entanto, o eleitor vê no político brasileiro o inimigo do público, ou seja, aquele que pensa apenas nas suas conveniências e nas dos parentes e amigos. Nessa mesma direção, o eleitor se situa no papel de classe explorada e, como reação, se aliena politicamente, se nega a participar do processo eleitoral e se ausenta das decisões governamentais que afetam a sua cidadania.

O grau de alienação política chega a tal ponto que, em entrevistas realizadas pelos órgãos CEDEC-DATAFOLHA, 22% opinaram que tanto faz o Brasil ter como forma de governo uma ditadura ou uma democracia. A democracia, que deveria ser o componente mais importante para a realização de um projeto político de construção de uma sociedade com justiça social, torna-se um elemento desnecessário para uma parcela significativa do povo brasileiro.

TABELA VIII - Opiniões sobre forma de governo

Indicadores	%
A democracia é melhor	43
Em certas circunstâncias a ditadura é melhor	18
Tanto faz se democracia ou ditadura	22
Outras respostas (espontâneas)	2
Não têm opinião	15

FONTE: CEDEC-DATAFOLHA, In: FSP de 28.09.89.

O mais grave é a existência de pessoas que preferem o país sob a égide de uma ditadura¹⁸ do que a busca de formas de luta pela consolidação do regime democrático. A situação se agrava mais ainda quando 65% dos catarinenses reconhecem os militares como a instituição mais confiável depois da igreja (TABELA V).

TABELA IX - Eleições em Santa Catarina: votos nulos e brancos

Ano	nº de votantes	brancos	nulos	tipo de eleição
1982	1.831.811	6,65%	1,77%	Governador
1886	2.222.495	15,6%	3,41%	Governador
1989	2.463.954	1,07%	4,19%	Presidente
1990	2.484.551	13,72%	11,81%	Governador

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral/SC - SERPRO

Os baixíssimos índices de votos nulos e brancos nas eleições de 1989 justificaram-se pelos trinta anos de jejum que o povo brasileiro passou sem votar para a Presidência da República. Aliado a este fato, não se pode negar a demanda reprimida do eleitor que, frustrado, lembrou-se de um fatídico dia em 1984 quando o Parlamento derrubou a emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas para presidente.

Muito embora Weffort diga "que não se deve tirar das eleições mais do que os fatos permitem" (op. cit.), Gramsci¹⁶ nega que os números eleitorais sejam lei suprema para se analisar determinado pleito. Segundo, ainda, Gramsci "os números... são um simples valor instrumental, que dão uma medida e uma relação e nada mais"¹⁷. Para o eleitor, principalmente o brasileiro, o fator emocional é um componente determinante quando se trata de política. Ao analista que pretende encontrar respostas para o comportamento do eleitor, esta é uma questão que não pode ser relegada a um plano secundário. Política é paixão? Também, afirma Gramsci. Mas entendida como sinônimo de interesse econômico, uma vez "que é difícil sustentar que a atividade política é um estado permanente de exasperação e ansiedade"¹⁸. Já Max Weber anota que "a política consiste numa dura e prolongada penetração através de tenazes resistências, e para ela se requer, ao mesmo tempo paixão e medida"¹⁹. Da mesma forma que o eleitor se engaja emocionalmente, com uma certa dose de paixão, a uma determinada causa que acredita possível de ser atingida, ele também resiste emocionalmente para afirmar seu descontentamento para atingir o impossível. Absolutamente certo, diz Weber, que "neste mundo nunca se consegue o possível se não se tentar, constantemente, o impossível"²⁰. Assim, quando mais adiante forem examinadas as principais cau-

A questão é que, para os políticos brasileiros, a política consiste num jogo de interesses, onde prevalecem o cinismo, a imoralidade e a falta de escrúpulos, quando deveria se constituir no canal de absorção das demandas e dos anseios da coletividade. Da mesma forma que os eleitores assumem um compromisso com a democracia quando motivados (diretas-já), em sentido contrário, esses mesmos eleitores respondem com votos nulos e brancos quando desejam demonstrar a sua insatisfação com a prática política. Mas, mesmo quando o povo não se manifesta eleitoralmente ou quando, ainda, se manifesta de forma indignada, não deixa de fazer política. Assim, quando um número expressivo de eleitores deixa de comparecer às urnas, abstendo-se de votar, ou quando apela para os votos nulos e brancos, esses eleitores fazem, dialeticamente, a política da não-política, a participação política não participativa e realizam a alienação política não-alienante.

III

"Por isso é muito importante, depois de qualquer derrota, investigar, antes de tudo, a responsabilidade dos dirigentes, no sentido estrito". A. Gramsci

Com a divulgação dos resultados da eleição de 1990 ficou caracterizado que o principal fenômeno político do ano foi a quantidade de votos nulos e brancos depositados nas urnas. Tomados de surpresa, candidatos eleitos e, principalmente, os derrotados não sabiam muito bem explicar o ocorrido. Passada a perplexidade inicial, políticos dos mais diversos partidos e colorações ideológicas procuravam achar o culpado pelo desastre eleitoral. A esquerda apontava para o governo federal. A direita fazia uma *mea culpa* e creditava à sua própria incompetência como um dos fatores da rejeição do eleitorado ao voto válido. O Estado catarinense, que vinha se destacando já há algum tempo com baixos índices de abstenção eleitoral e de votos nulos e brancos, também entrou na esteira do fenômeno político daquele ano, que atingiu dimensões nacionais.

sas que provocaram a quantidade expressiva de votos em branco e nulos na eleição de 90 em Santa Catarina, será levado em consideração que, por detrás desses números, está embutida uma grande carga emocional destilada pelos eleitores.

Em 1990, o aumento dos índices dos votos nulos e brancos nas eleições majoritárias e proporcionais em Santa Catarina foi surpreendente, pegando desprevenidos até mesmo os institutos de pesquisa de opinião. Em relação às eleições de 1989, os brancos e nulos cresceram assustadoramente, indicando que a insatisfação do eleitor com os governos federal e estadual e, em particular, com os políticos desembocara nas urnas. Os brancos na eleição de 90 saltaram para 13,72% em relação a 1,19% registrado no pleito para Presidente da República em 1989. Com uma diferença um pouco menor, os votos nulos também tiveram um acréscimo substancial, enquanto em 1989 alcançaram a casa dos 4,19, em 1990 pularam para 11,81%.

TABELA X - Eleições em Santa Catarina: 1989-1990 - Quadro Comparativo

Indicadores	1989	%	1990	%
Eleitores	2.729.916	100,00	2.769.517	100,00
Votantes	2.463.954	90,26	2.484.966	89,71
Abstenções	265.962	9,74	284.966	10,29
Branco	29.220	1,19	340.762	13,72
Nulos	103.333	4,19	293.471	11,81

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral/SC

Como se pode depreender da tabela acima, as abstenções não tiveram um acréscimo substancial, que passaram de 9,74% em 1989 para 10,29% no ano seguinte. Neste caso, não há com o que se surpreender, uma vez que o voto no Brasil é obrigatório. Mas não foi só por isso. Muitos dos que pretendiam se abster de votar, optaram por ir às urnas e lavrar o seu protesto e indignação através dos votos nulos e brancos. A rigor, esse comportamento do eleitor não deixa de ser uma forma de expressão política. Fosse a massa de eleitores melhor informada sobre a diferença entre votar em branco ou anular o voto, a quantidade dos nulos seria

bem superior aos votos em branco. Faz-se mister assinalar que antes de qualquer conclusão apressada que se possa tirar do atual contexto, os votos nulos e brancos não resultaram tão somente do protesto do eleitor. Ao contrário, outros elementos e fatos, tanto de ordem exógena quanto endógena, contribuíram para o fenômeno. Na hora determinada e no momento certo essa questão será analisada detalhadamente. Agora, o que não dá para esconder é que o eleitor demonstrou a sua indignação com os políticos, votando em branco e anulando o voto. Alguém poderia argumentar que já que o eleitor pretendia protestar, por que não o fez votando nos candidato de perfil de esquerda? Primeiro, porque a média do eleitorado catarinense é conservadora; segundo, porque a grande maioria do eleitorado, carente de maiores informações e com baixo nível de politização, considera os políticos, sejam de esquerda ou de direita, como "farinha do mesmo saco". Como argumentação se pode afirmar que na eleição de 90 as fronteiras ideológicas não ficaram muito bem definidas.

No caso específico de Santa Catarina, um fato merece ser analisado mais profundamente: os maiores índices de votos nulos e brancos foram dirigidos às candidaturas ao Senado e à Câmara Federal. Na primeira situação, os votos em branco foram da ordem de 24,89% e os nulos atingiram 11,09%, contra 13,72% e 11,81%, respectivamente, para o governo do Estado. Aqui a indignação do eleitor deveu-se aos ataques pessoais entre os dois candidatos com maiores chances de eleição (Wilson de Souza e Esperidião Amin). No auge da campanha, a verbalização chegou ao nível da sarjeta. A conduta dos dois candidatos remexeu com o "esgoto do inconsciente coletivo"²¹. E neste particular, o eleitor médio e conservador funciona muito mais com seus valores morais e éticos do que, propriamente, com componentes políticos e ideológicos. O eleitor até admite a troca de acusações, mas desde que estas acusações não ultrapassem os limites que ele mesmo estabeleceu como morais e éticos²². Já no que concerne aos maiores índices de brancos e nulos para a Câmara Federal se enquadra no fato de que, para o eleitor, o Congresso Nacional e Brasília representam, simbolicamente, o espaço público onde o "fazer política" corresponde à corrupção, mordomia e imoralidade política. Convém registrar que, mesmo pensando dessa forma, grande parcela do eleitorado não se inibe em validar seu voto, escolhendo aquele que acredita ser o menos ruim.

TABELA XI - Eleições em Santa Catarina: votos nulos e brancos 1990.

Cargos	Brancos	%	Nulos	%
Governador	340.762	13,72	293.471	11,81
Senador	618.313	24,89	275.414	11,09
Dep. Federal	679.543	27,35	388.455	15,63
Dep. Estadual	552.563	22,24	356.117	14,33

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral/SC

Com relação aos menores índices de brancos e nulos para a Assembleia Legislativa, comparativamente aos destinados à Câmara Federal, pode-se afirmar que neste caso existe uma municipalização dos votos e uma maior aproximação do povo com o candidato eleito, que retribuirá a sua eleição com o clientelismo político, isto é, a prática da troca de favores. Na verdade, a função do deputado estadual é mais a de um despachante público do que de um parlamentar ou agente político.

O tráfico de influência do deputado estadual vai desde o internamento hospitalar de um familiar do eleitor até uma pequena ajuda financeira na porta do gabinete, passando muitas vezes pela concessão de um emprego público.

Com os resultados das urnas, políticos de todos os matizes, surpresos com a avalanche de votos nulos e brancos, saíram do estado letárgico para, uníssonos, pedirem a implantação do voto distrital, que, para estes mesmos políticos, seria a única alternativa para o estancamento da sangria dos votos "desperdiçados". A reivindicação destes políticos não é nada original, uma vez que no Brasil, em 1855, já havia sido implantado o voto distrital, sendo que, para seus defensores da época, tal prática eleitoral "tinha o propósito claro de quebrar o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitir a representação de facções locais".²³ A idéia era dar mais força aos chefes locais em detrimento dos chefes nacionais dos partidos e dos presidentes de província, o que permitiria maior diversidade de representação e maior autenticidade dos representantes.²⁴ A primeira eleição sob o novo sistema provocou uma renovação abrangente na Câmara, oportunidade em que cresceu o número de padres, profissionais liberais e funcionários públicos entre os novos deputados. Na conclusão de José Murilo de Carvalho, "o impacto foi tão grande que a lei foi alterada logo em 1860, passando os distritos a eleger três deputados em vez de um só".²⁵ Muito embora José Murilo de Carvalho argu-

mente que "os efeitos do voto distrital não são os que são hoje geralmente a eles atribuídos, a verdade é que o novo sistema renovou a representação e abriu a possibilidade de maior presença da oposição".²⁶ Em contrapartida, na Primeira República a organização do voto distrital (Dec. nº 511 de 23.6.1890, Lei nº 1668 de 7.2.1894 e Dec. nº 14631 de 19.11.1921) viabilizou o domínio dos coronéis locais e foi o mais eficiente mecanismo de dominação oligárquica (sobre o assunto ver o artigo de Aurélio Wander Bastos, In: *O Balanço do Poder*, op. cit.).

Contudo, se for aprofundada a análise da última eleição proporcional, vai-se chegar à conclusão que, na prática, o voto distrital já está funcionando em Santa Catarina. Dos 40 deputados eleitos à Assembleia Legislativa, 16 são ex-prefeitos, inclusive os três candidatos mais votados. E muitos desses têm como projeto político o retorno à Prefeitura. Pode-se argumentar que aquele é o caminho natural do político brasileiro, todavia não há como esconder que houve uma municipalização do voto no último pleito.

TABELA XII - Deputados eleitos que exerceram mandato de prefeito

Nome	Município	Partido
Arnaldo Schmidt	Itajaí	PMDB
Arnoldo Rinnert	Trombudo Central	PFL
Cairú Hack	S. Lourenço D'Oeste	PDS
Durval Vasel	Jaraguá do Sul	PMDB
Germano Vieira	São José	PFL
Gervásio Maciel	Ituporanga	PDS
Herneus João Natal	Caibi	PMDB
José Celso Bonatelli	Brusque	PDT
José Zeferino Pedroso	Herval Velho	PDS
Luiz Basso	S. Miguel D'Oeste	PMDB
Manoel Motta	Araranguá	PMDB
Luiz Marini	Concórdia	PMDB
Miguel Ximenes	Tubarão	PMDB
Nilton Fagundes	Tijucas	PSDB
Onofre Agostini	Curitibanos	PFL
Reno Caramori	Caçador	PDS
Sidney Pacheco	Palma Sola	PFL
Wittich Freitag	Joinville	PFL

FONTE: Diário Catarinense, 1.2.1991

Da mesma forma, o número de ex-prefeitos que chegou à Câmara Federal é expressivo pois, dos 16 eleitos, 6 exerceram mandato em executivos municipais. A nível nacional, dos 503 deputados federais eleitos 35 são ex-prefeitos.

TABELA XIII - Deputados federais eleitos que foram prefeitos

Nome	Município	Partido
Dércio Knop	Modelo	PDT
Dejandir Dalpasquale	Campos Novos	PMDB
Luiz Henrique	Joinville	PMDB
Paulo Duarte	Lages	PFL
Renato Viana	Blumenau	PMDB
Ruberval Pilotto	Urussanga	PDS

FONTE: Diário Catarinense, 1.2.1991.

Os candidatos eleitos ao governo do Estado e ao Senado, Wilson Kleinubing e Espiridião Amin, desincompatibilizaram-se das prefeituras de Blumenau e Florianópolis, respectivamente, para oferecerem seus nomes à escolha popular. Há muito tempo, tanto um quanto outro, eram candidatos a cargos majoritários, sendo que as prefeituras foram apenas uma ponte para atingir o Governo e o Senado. O caso do engenheiro e governador eleito Wilson Kleinubing é o mais oportunistas: sem qualquer vinculação com o município de Blumenau, lançou-se candidato a prefeito na esteira da sua grande votação ali, em 1986, quando correu pela primeira vez ao governo estadual. Em depoimento ao autor, Wilson Kleinubing afirmou que na campanha para prefeito de Blumenau não se arriscava sair sozinho às ruas da cidade com medo de não ser reconhecido pelos eleitores²⁸. Mesmo assim, o candidato venceu a eleição com votação superior a soma dos outros dois candidatos, os deputados federais pela região Wilson de Souza e Renato Viana.

Os votos que foram descarregados nos candidatos ex-prefeitos têm a sua razão de ser, principalmente porque a política municipalista se desenvolve a base do clientelismo e do interesse privado, situação em que o que menos prevalece é o componente ideológico. Regra geral, o líder municipal constrói sua base eleito-

ral em cima de algumas políticas públicas de desenvolvimento urbano (creches, postos de saúde, etc.), isto é, no oferecimento de serviços sociais e na construção de equipamentos coletivos (ginásios de esportes, parques e praças públicas). No campo da prática política é o prefeito que forma diretórios e arregimentação seguidores e candidatos à vereança. É ele, ainda, que atende às reivindicações da população local, mormente naqueles casos de desespero e sofrimento humanos, tais como a internação de familiares do eleitor em hospitais da capital e a ajuda financeira para que os menos favorecidos enterrem seus mortos. No caso dos municípios do interior e de pequena extensão territorial, onde todos se conhecem e existem laços profundos de amizade e até familiares, cria-se entre o prefeito e os eleitores uma relação de afetividade e lealdade que está acima de compromissos ideológicos e partidários. Acresce, ainda, o fato de que, elegendo o ex-prefeito a deputado, o eleitor sabe que terá na Capital do Estado ou do País um agente público que, algum dia, lhe poderá ser de grande utilidade. Assim, entre o político e o eleitor passa a existir uma política clientelista assentada no intercâmbio de atenções e favores por lealdade eleitoral. Além do que, normalmente, é o prefeito que detém o controle das máquinas partidária e administrativa no município, muito embora, no entender de Maria Hermínia Tavares de Almeida, máquinas partidárias não ganham eleições²⁹. A política municipalista se assenta, pois, num bem definido projeto político de distribuição de benefícios sociais e favores particulares.

Sobre essa questão, vale a pena lembrar o clássico da sociologia brasileira "Coronelismo, Enxada e Voto", de Victor Nunes Leal, publicado em 1949, mas que ainda se apresenta atual: "A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. E ao seu interesse e a sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada - tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu desempenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança"³⁰.

A política municipalista de clientela desenvolve entre o prefeito e o eleitor uma relação de interesses solidários e dependentes da iniciativa pessoal do líder

ou do governo e da máquina administrativa que ele controla. Não é só junto ao eleitor que o líder local constrói sua base eleitoral, mas, também, junto aos representantes do capital econômico da região: a empresa imobiliária que abre um loteamento na periferia já sabendo que água, iluminação e asfalto logo chegarão lá; o prefeito, os vereadores e seus amigos mais próximos que haviam comprado terrenos antes da abertura do loteamento; as empreiteiras contratadas para fazer as benfeitorias; a empresa de transporte que obteve concessão da nova linha de ônibus e assim por diante³¹. Para favorecer os amigos, diz Victor Nunes Leal, "o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária passa, sobre todos os pecados, uma esponja regeneradora"³².

O voto distrital que os políticos reclamam hoje e que, para eles, reduziria a quantidade de votos nulos e brancos nas eleições brasileiras, já utilizado em época anterior e que em Santa Catarina existe na prática, revela que o efeito desejado até poderia ser atingido, mas a política de clienteleira, a corrupção e o favorecimento de amigos e correligionários do detentor do poder local aumentaria em forma e grau.

IV

"Não vale a pena votar, porque todos eles querem apenas chegar lá em cima e esquecer logo o que prometeram". Edvan L. de Sá, eleitor de Alagoas

O aumento dos índices dos votos nulos e brancos nas eleições brasileiras gerou, entre os analistas, uma infinidade de situações para explicar a causa do fenômeno. De um lado, culpa-se os partidos políticos, incapazes de catalisar as demandas dos eleitores; de outro, que o eleitor, cansado das promessas não cumpridas pelos candidatos eleitos, utiliza-se dos votos nulos e brancos para dirigir o seu protesto. Simon Schwartzman anota que "os votos brancos e nulos nas eleições legislativas constituem manifestação de comportamento político, não anônimo, mas moderno, de protesto mesmo, característicos dos estados mais avançados e das grandes capitais"³³. Em regra, os votos nulos e brancos são utilizados como fator negativo, isto é, como indicador de não-participação política, de

desinteresse e de alienação. Todavia, há que se considerar que, independentemente da existência de uma parcela do eleitorado desinteressado por questões políticas, muitos dos votos nulos e brancos não deixam de ser uma forma de participação política, numa demonstração clara de que política também se faz pela negação. Ocorre, entretanto, que em muitos casos os votos nulos e brancos, bem como as abstenções originam-se em decorrência da escolha dos candidatos (índices de rejeição acentuados) que não conseguem aglutinar a massa do eleitorado ou, em consequência, de determinados momentos históricos, como foi o caso das eleições de 1970, na vigência da ditadura militar.

Cumpre salientar ainda que os votos nulos e brancos seguem um padrão diferenciado conforme se trate de eleições executivas ou legislativas. Tomando como parâmetro a eleição de 1990 em Santa Catarina, objeto deste estudo, vai-se notar que para o Governo do Estado o número de votos nulos alcança o índice de 11,81% e os brancos de 13,72%; para a Câmara Federal os nulos e brancos sobem para 15,63% e 27,35%, respectivamente (vide Tabela XI).

O que se pretende explicitar aqui, malgrado algumas teses em contrário, diz respeito ao fato de que os votos nulos e brancos que abarrotaram as urnas no pleito de 90, não foram causados apenas pela insatisfação do eleitorado, pelo seu desinteresse ou alienação política, mas também por outros motivos bem mais complexos. A título de exemplo, cita-se a eleição de 1970, quando em todo o Brasil os votos nulos e brancos obtiveram altas taxas (30,3% para a Câmara Federal), enquanto que, a partir de 1974, com a possibilidade do desencadeamento do processo de liberação e, em consequência, da eficácia dos partidos políticos, que passaram a ser percebidos pelos eleitores como instrumento de mudança, as eleições de 1974 e 1978, principalmente a primeira, caracterizaram-se pela maior participação eleitoral³⁴.

TABELA XIV - Votos nulos e brancos nas eleições brasileiras 1966 a 1978 %

Anos	Senado	Câmara Federal	Assemb. Legislativa
1966	21,2	21,0	18,6
1970	27,7	30,3	26,8
1974	15,1	21,3	18,9
1978	18,6	20,7	19,3

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Os índices de votos nulos e brancos nas eleições brasileiras não obedecem a um padrão linear, ao contrário, eles se alteram para mais ou para menos, em razão do momento político que o país esteja vivendo, que pode ou não catalisar o interesse do eleitor. Na eleição de 1989, para presidente da República, um fato mobilizou os eleitores: a própria eleição direta para presidente, coisa que não ocorria há trinta anos. Já na eleição de 1990 não existia nada que encantasse o eleitor.

A rigor, as promessas feitas e não cumpridas na Constituinte e a desorganização econômica e social do país produziram um eleitor cético e indignado. A indignação e o ceticismo se transformaram em votos nulos e brancos. Muitos desses votos foram causados pela desinformação do eleitor em saber votar corretamente, visto que o eleitor brasileiro tem um baixo nível de escolaridade. Segundo o IBGE, 17% dos eleitores tinham, em 1988, menos de um ano de escolaridade, índice que no nordeste chegava a 34%. Nesta região, 56% dos eleitores não haviam ultrapassado a terceira série do ensino do primeiro grau. Em todo o país, somente 8% tinham o segundo grau completo, na proporção de 10% para o Sul/Sudeste e 4% para o Norte/Nordeste³⁵. A existência de uma única cédula para eleições majoritárias e proporcionais, como foi em 1990, dificultou em muito o seu preenchimento pelo eleitor de baixa escolaridade.

A bem da verdade, não se pode creditar somente ao político e a baixa escolaridade do eleitor, como os principais motivos que levaram o eleitor a votar em branco e anular o voto. Questão pouco explorada pelos analistas políticos, mas que determinou, também, o comportamento do eleitor, tanto em 1989 quanto em 1990, foram as transformações no Leste europeu. Não é de hoje que partidos e políticos de direita tentam estabelecer relações e práticas políticas entre os partidos de esquerda e os candidatos progressistas com a União Soviética e outros países do Leste. De início, essa relação visava demonstrar ao eleitor menos informado que a mesma prática política adotada naqueles países seria adotada no Brasil, enfatizando o falta de liberdade de expressão, o partido único, a extinção da propriedade privada, a proibição do culto religioso etc. Inclusive, colocava-se em jogo até o próprio instituto da família, componente muito forte no inconsciente do brasileiro, que seria destruído pela adoção de um regime socialista no Brasil. Por um lado, esse tipo de estratégia isolava os partidos e os políticos progressistas das massas; por outro, ficavam bem definidas as diferenças ideológicas.

Com o movimento socialista não negando mais certos valores básicos da democracia ocidental ou mesmo da sociedade capitalista, o discurso direitista diferenciou-se para um outro tipo de estratégia, isto é, se lá no Leste europeu os países socialistas estão renegando um regime "falido", ainda existem, no Brasil, políticos que advogam a socialização dos meios de produção. Mais uma vez, mas sob uma outra ótica, vincularam-se as transformações no socialismo real com os partidos de esquerda brasileiros, ou seja, o confronto entre a "modernização" da política atual do lado de lá com o "atraso" dos políticos de esquerda do lado de cá.

Levantaram-se, inclusive, questões de governabilidade e competência dos governos municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), induzindo relações com os regimes do Leste europeu³⁶. O discurso maniqueísta é incapaz de admitir "que o socialismo real, com todos os seus defeitos, resolveu problemas básicos de acesso à educação, à cultura e ao esporte..."³⁷.

Na história real, com certeza, esses momentos se interligam. E, segundo Gramsci, "é necessário levar em conta, ainda, que as relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam com as relações internacionais criando novas combinações originais e historicamente concretas"³⁸. Mas o que fizeram nas eleições de 1989 e 1990 foi confundir os eleitores de forma tal que no referido pleito destacou-se a falta de nitidez ideológica. O eleitor viu-se destituído de qualquer parâmetro de avaliação entre direita e esquerda. Como diz Baudrillard, "o cinismo e a imoralidade da política maquiaveliana estão nisso: não no uso sem escrúpulos dos meios com que se confundiu na concepção vulgar, mas na desenvoltura com relação aos fins"³⁹.

A falta de nitidez ideológica na eleição de 1990 em Santa Catarina transformou o discurso político "essencialmente persuasivo"⁴⁰. A fala política reduziu-se aos discursos da situação e oposição. O primeiro, prestando contas das suas realizações enquanto poder; o segundo, querendo mostrar o que não foi executado ou que foi danoso para o povo. Nos raros momentos em que o discurso definiu-se pelo ideológico, caiu no lugar comum, como se o Brasil vivesse, ainda, sob o regime autoritário de perfil militarista. Os candidatos ao governo do Estado, Nelson Wedekin (PDT) e Dirceu Carneiro (PSDB), insistiram nessa tecla, como se estivessem na memória dos catarinenses as mazelas da ditadura militar.

Uma pesquisa realizada pela empresa TOLEDO & ASSOCIADOS mostra como é confusa a memória dos eleitores no que diz respeito à história recente do Brasil: "Ulysses Guimarães é apontado por 15,2% dos entrevistados como aquele

que sempre apoiou os militares e nem é citado entre aqueles que nunca apoiaram. Brizola é reconhecido como opositor por 15,2%, mas aparece como colaborador dos militares para 5,9%, quase a mesma taxa dada a Collor. Mas, o mais grave é a porcentagem de 43,8% de não-resposta, ou seja, os que não sabem nada sobre este assunto e não se inquietam com isso no momento de formar sua opinião a respeito dos candidatos.⁴¹

A falta de memória é mais grave quando se analisam os dados publicados pelo DATAFOLHA⁴², que identificou a percentagem de esquecimento dos eleitores na eleição de 3 de outubro de 90. Transcorridos apenas 4 meses do último pleito, 40% dos paulistanos não se lembravam mais do seu voto para deputado federal. Já para deputado estadual, o índice subia para 46%.

O uso da televisão e dos programas eleitorais gratuitos contribuiu para confundir, ainda mais, a cabeça do eleitor. Muitos candidatos a cargos proporcionais enfatizavam que não eram políticos, ou seja, mostravam-se como figuras *outsider*, cuja característica maior constituía em negar o "político profissional". Quanto mais os candidatos negavam o "político", na mesma medida os eleitores os rejeitavam, optando nas urnas pelo voto nulo e em branco.

As agências de publicidade, que trabalham preferencialmente por dinheiro e pouco por ideologia, produzem as campanhas dos candidatos a cargos públicos da mesma forma que elaboram uma campanha de um mesmo tipo de sabão que "lava mais branco". Como a única intenção das agências é a de que seu produto seja aceito pelo consumidor, pouco importando se realmente "lava mais branco", o discurso político é "standardizado". A massificação da campanha publicitária nos programas eleitorais de 90 levou à anulação do "político" e da "ideologia".

Esse tipo de coisa gera um "curto-circuito no jogo político, um embaralhamento de sua gramática"⁴³. Conseqüentemente, o eleitor não sabe para onde ir: à direita ou à esquerda. Nem o que preferir, pois candidatos e discursos da maioria dos partidos não se diferem ideologicamente.

A televisão e o rádio, via programas eleitorais gratuitos, prestaram uma grande contribuição à massificação do discurso padronizado, uma vez que 77% dos eleitores assistem, semanalmente, à televisão e 75% ouvem rádio. Para o Sul/Sudeste, os índices chegam a 85% para a TV e 78% para o rádio⁴⁴. Com a anulação do político, a neutralização do ideológico e a massificação do discurso, os eleitores perderam o rumo e não souberam mais para onde ir, optando, portanto, para os votos nulos e brancos.

A intenção de querer enquadrar o eleitor como simples consumidor de um produto feito e acabado provoca, a rigor, aquilo que se diz em ciência política de "efeito perverso". Alberto Hirschman, noutro contexto, explica que "os atos de consumo, assim como os atos de participação em questões públicas, que são realizados porque se espera que gerem satisfação, também geram decepção e insatisfação. Isso ocorre por diferentes razões, de diferentes maneiras e em diferentes graus, mas, na medida em que a decepção não é totalmente eliminada por um ajuste instantâneo no sentido da diminuição das expectativas, qualquer padrão de consumo ou de uso prolongado carrega dentro de si, para usar a abençoada metáfora, as sementes de sua própria destruição"⁴⁵.

Outros fatores determinaram a rejeição dos políticos na última eleição, como a inoperância dos partidos, que se aproximam do eleitor somente em épocas de campanhas. A escolha dos candidatos tem, também, um peso considerável no comportamento dos eleitores. É visível, por exemplo, a falta de consistência programática dos partidos em geral, principalmente quando da formação de alianças e coligações. As alianças e coligações são realizadas muito mais buscando interesses eleitorais do que propriamente com a intenção de arrematar partidos que comunguem dos mesmos princípios e valores programáticos. A inconsistência ideológica dos partidos provoca no eleitor a decepção do homem comum, isto é, a de ser enganado. Um exemplo típico dessa inconsistência ideológica deu-se com o PSDB, que na Constituinte defendeu teses progressistas, e na campanha para presidente da República o seu candidato, senador Mário Covas, "inventou" o choque capitalista. Como resultado, o PSDB e o senador Mário Covas perderam os votos da esquerda e não receberam o apoio tão desejado da direita. Outro ponto a ser considerado está na escolha dos candidatos, feita de forma arbitrária e arbitraria, que elimina totalmente do processo as bases partidárias. Na eleição de 1990, em Santa Catarina, a escolha dos candidatos a governador e senador pela União por Santa Catarina resultou de um acordo entre Wilson Kleinubing e Espéridião Amin. Perguntado pelo autor por que havia cedido seu lugar de candidato natural ao governo para Wilson Kleinubing, Amin respondeu curto e grosso: "não quero me transformar no Paulo Maluf de Santa Catarina"⁴⁶.

Os eleitores do PDS tiveram, então, que votar em Kleinubing (PFL), por que Amin não gostaria de ser conhecido como o Paulo Maluf de Santa Catarina. É claro, que os motivos reais são outros: primeiro, Amin tinha um índice de rejei-

ção maior do que Kleinubing; segundo, o nome de Kleinubing era mais palatável ao empresariado catarinense e contava com o apoio de Jorge Bornhausen; terceiro, o cargo de senador oferece melhores condições para que Amin atinja aquilo que mais deseja na vida: ser presidente da República. No Senado, Amin não contará com o desgaste de uma administração estadual e fortalecerá seu nome em nível nacional.⁴⁷

Na realidade, o que se quer dizer aqui é que a escolha de um candidato não desejado pelo eleitor, faz com que parte desse eleitorado, por falta de opção ou por lealdade ao candidato e ao partido, vote em branco ou anule o seu voto.

NOTAS

- 1 MEYER, Marlyse et alii. *Redescobrimo o Brasil: A festa na política*. São Paulo : T. A. Queiroz Editor, 1985. p. 5.
- 2 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo : Cia. das Letras, 1987.
- 3 BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 9.
- 4 Iden, Ibid.
- 5 CARDOSO, Ruth. Política e democracia. In: *Novos Estudos CEBRAP* 26. São Paulo, 1990. p. 23.
- 6 OLIVEIRA JUNIOR, Olavo Brasil. O Regime de 1945: O sistema partidário e a representação política. In: *O balanço do poder: Formas de dominação e representação política*. Rio de Janeiro : IUPERJ e Rio Fundo Editora, 1990. p. 63.
- 7 LAMOUNIER, Bolívar. In: *Brasil do milagre à abertura*. Org. por KRIS-CHKE, Paulo. São Paulo : Editora Cortez, 1982. p. 63.
- 8 WEFFORT, Francisco. In: *Revista Isto É*. n.309, 26-11-82. p. 197.
- 9 VENANCIO FILHO, Paulo. Política, interesse e narcisismo. In: *Jornal do Brasil*. Suplemento Idéias/Ensaio, 25-11-90, p. 3.
- 10 Id. Ibid.
- 11 BAUDRILLARD, Jean. Op. cit., p. 75.

- 12 SADER, Emir. In: *Gramsci: Poder, política e partido*. São Paulo : Brasiliense, 1990. p.9.
- 13 WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa : Editorial Presença, 1979. p. 18 e 19.
- 14 Id. Ibid.
- 15 Id. p. 20.
- 16 GRAMSCI, Antonio. *Poder, política e partido*. São Paulo : Brasiliense, 1990. p. 100.
- 17 Id. Ibid.
- 18 Id. p. 32 e 33.
- 19 WEBER, Max. Op. cit. p. 19.
- 20 Id. Ibid.
- 21 GIANNOTTI, José Arthur. Tráfico de Esperanças. In: *Novos Estudos CEBRAP* n. 26, 1990. p. 34.
- 22 Conclusão retirada pelo autor em decorrência de entrevistas (aleatórias) realizadas durante o desenrolar da campanha eleitoral de 1990.
- 23 CARVALHO, José Murilo de. *Sistemas Eleitorais e Partidos do Império*. In: *Balanço do Poder*. Op. cit. p. 20.
- 24 Id. Ibid.
- 25 Id. p. 30.
- 26 Id. p. 31.
- 27 In: *Folha de São Paulo*, 1-1-91. p. A-4.
- 28 Depoimento prestado pelo engenheiro Vilson Kleinubing em 1988, na Assembléia Legislativa, na presença dos deputados Mário Cavallazzi, Júlio Garcia e do autor.
- 29 TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Do Caipira ao Moderno. In: *Jornal do Brasil*, Idéias/Ensaio, 2-12-90, p. 4.
- 30 NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986. p.37.
- 31 TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Op. cit. p.5.
- 32 NUNES LEAL, Victor. Op. cit. p. 39.

- 33 SCHWARTZMAN, Simon. In: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos do Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. p. 161.
- 34 DINIZ, Eli. O ciclo autoritário: A lógica partidário-eleitoral e a erosão do regime. In: *O Balanço do Poder*. Op. cit. p. 81.
- 35 RODRIGUES, Leôncio Martins. Democracia das massas pobres. *O Estado de São Paulo*, 30-09-90. p. 2.
- 36 OLIVEIRA, Francisco. O marajá superkitsch. In: *Novos Estudos CEBRAP* n.26, op. cit. 6.
- 37 RIBEIRO, Renato Janine. *A Crise de um Modelo de Mudança: a idéia de revolução morreu?* SENAL, 28ª RESEMP, São Paulo, 21 a 24 de outubro de 1990.
- 38 GRAMSCI, Antonio. Op. cit. p.50.
- 39 BAUDRILLARD, Jean. Op. cit. p.19.
- 40 FIORIN, José Luiz. *O Regime de 64: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual Editora, 1988. p.23.
- 41 CARDOSO, Ruth. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 26. Op. cit. p.17.
- 42 In: *Folha de São Paulo*. 1-2-91, p.A-11.
- 43 GIANNOTTI, José Arthur. Op. cit. p.29.
- 44 RODRIGUES, Leôncio. Op. cit. p.4.
- 45 HIRSCHMAN, Albert. *De Consumidor a Cidadão*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.15.
- 46 Depoimento de Esperidião Amin ao autor, quando da escolha de Wilson Kleinubing para candidato ao governo do Estado.
- 47 Em 1988, Esperidião Amin afirmou ao autor que seria presidente da República algum dia. Como já havia sido governador, o cargo não lhe encantava tanto. Sobre o assunto fez a seguinte colocação: "O piloto Alain Prost não corre na chuva porque já foi campeão mundial e não quer arriscar a vida: O Ayrton Senna, como ainda não foi campeão mundial de pilotos de Fórmula 1, se expõe a qualquer risco". Trocando em miúdos, Wilson Kleinubing, como ainda não foi governador do Estado, corre qualquer risco; já Amin, não tem necessidade de correr riscos.